



Anais da Assembléia

N.º 51

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 44.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Fabiano Braga Côrtes.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli e Trajano Bastos (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Adalberto Daros, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, José Tavares, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Nestor Baptista, Renato Bueno, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PALÁCIOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder às chamadas nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, 23 Srs. Deputados.

A Mesa irá proceder a verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Sr. Deputado Palácios.

(É feita a verificação de votação).

20 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Está aprovada a ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 67/82

Curitiba, 25 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando condicionar as diretrizes do trânsito com os estudos e a realização do planejamento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

MENSAGEM 68/82

Curitiba, 25 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SESP/001, celebrado em 09 de dezembro de 1981 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando a concessão de auxílio financeiro ao município para reformas e melhorias na Delegacia de Polícia e Cadeia Pública locais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

MENSAGEM 69/82

Curitiba, 25 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Ajuste no. 02/82, datado de 06 de maio de 1982, ao Convênio SISNIC no. 01/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, o Ministério da Indústria e do Comércio e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, visando estabelecer bases de cooperação técnica e financeira para a implementação do projeto "Assistência ao Comércio".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Offícios:

Sob os. números DTL/31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39,

40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46/82, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

126/81:

Do Sr. Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.578. — **Anote-se. Arquivo-se.**

106/81:

Do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dr. WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER, pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade, o qual convertido em Lei tomou o número 7.579. — **Anote-se. Arquivo-se.**

150/81:

Do Sr. Deputado DENI SCHWARTZ, que dá nova denominação ao Município de NOVA PRATA, Lei 7.272, o qual convertido em Lei tomou o número 7.580. — **Anote-se. Arquivo-se.**

06/79:

Do Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL da cidade de ABATIÁ, o qual convertido em Lei tomou o número 7.581. — **Anote-se. Arquivo-se.**

113/81:

Do Sr. Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVEIRA, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de LONDRINA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.582. — **Anote-se. Arquivo-se.**

85/81:

Do Sr. Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO, com sede e foro em Cornélio Procópio, o qual convertido em Lei tomou o número 7.583. — **Anote-se. Arquivo-se.**

127/81:

Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA, com sede e foro em Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o número 7.584. — **Anote-se. Arquivo-se.**

141/81:

Do Sr. Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o Clube de Proteção ao Menor e Providência - PROMENOR, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.585. — **Anote-se. Arquivo-se.**

82/81:

Do Sr. Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO — ANTIFUMO, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.586. — **Anote-se. Arquivo-se.**

136/81:

Do Sr. Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ — AFEDEM, o qual convertido em Lei tomou o número 7.587. — **Anote-se. Arquivo-se.**

155/81:

Do Sr. Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei

tomou o número 7.588. **Arquivo-se.**

102/81:

Do Sr. Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESITADO MEDIANEIRENSE — SANEM, com sede e foro na cidade de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o número 7.589. — **Anote-se. Arquivo-se.**

148/81:

Do Sr. Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, o qual convertido em Lei tomou o número 7.590. — **Anote-se. Arquivo-se.**

116/81:

Do Sr. Deputado ROSÁRIO PITELLI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor EGAS DIRCEU MUNIZ DE ARAGÃO, o qual convertido em Lei tomou o número 7.591. — **Anote-se. Arquivo-se.**

61/81:

Do Sr. Deputado DENI SCHWARTZ, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o número 7.592. — **Anote-se. Arquivo-se.**

173/81:

Do Sr. Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o número 7.593. — **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o número DTL/48/82, do Senhor Governador do Estado, em relação ao Projeto de Lei que trata de matéria pertinente ao Quadro de Pessoal desta augusta Assembléia Legislativa, encaminhado através da Mensagem Governamental número 49/82, de 19 de abril de 1982, para apreciação no prazo fixado pelo § 3º, do art. 25 da Constituição Estadual, peço vênha para dispensar tal prazo, tendo em vista manifestação escrita da maioria dos Srs. Deputados Estaduais, em documento em nosso poder.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do jovem ACHILLES HORN FILHO.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa, se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa do Sr. Achilles Horn, à Rua Harrison José Borges, 80, Campo Mourão, Pr.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1982.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, apelando no sentido de determinar estudos para solucionar um problema de surto de raiva em Faxina, Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Os moradores de Faxina, estão enfrentando um assus-

tador problema, trata-se de um surto de raiva que já matou, pelo menos, uns 50 animais.

Moradores locais já solicitaram ajuda junto ao Posto de Saúde de São José dos Pinhais, mas funcionários alegaram que não poderiam atender o caso e exterminar o surto, devido à falta de veículos para percorrer os locais atingidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Governador, expediente no sentido de que a Empresa Paranaense de Obras Públicas - EMOPAR, promova os reparos necessários na cobertura do Estádio Antônio Couto Pereira.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O Estádio Antônio Couto Pereira, de propriedade do Coritiba Futebol Clube, é o maior campo de futebol do Estado do Paraná, servindo de palco para os acontecimentos esportivos marcantes da Capital.

Não possuindo o Governo do Estado do Paraná — à semelhança de outros Estados — dependências próprias do esporte mais popular deste País, é o Estádio Antônio Couto Pereira que tem abrigado as disputas esportivas e servido de local para inúmeras concentrações de ordem religiosa, cívica e cultural da gente paranaense.

A imprensa, na semana passada, noticiou o eminente perigo de desabamento da cobertura das arquibancadas sociais do referido estádio, encontrando-se o Coritiba Futebol Clube desprovido de condições financeiras para realizar tais reparos.

Tendo em vista que este estádio serve à população paranaense e especialmente ao curitibano, e também que a EMOPAR, por lei, de sua criação, está autorizada a executar obras de caráter privado, mas de interesse público, pedimos o apoio dos eminentes Deputados, no sentido de sensibilizar o Governador Hosken de Novaes para a determinação das urgentes e indispensáveis obras para recuperação da marquize daquela praça de esportes.

Sugere-se um convênio entre EMOPAR/Governo do Estado/Secretaria da Cultura e do Esporte com o Coritiba Futebol Clube, no sentido de que os grandes eventos cívicos e religiosos seriam realizados no Estádio Couto Pereira, sem ônus para os promotores.

Na certeza de que a medida receberá a melhor acolhida por parte dos paranaenses, requer, se outrossim, que sejam enviadas cópias deste requerimento à Diretoria do Coritiba Futebol Clube e aos Membros do Conselho Deliberativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, solicitando a transferência de jurisdição do Município de Salgado Filho, atualmente pertencente à Comarca de Barracão, para a Comarca do Município de Francisco Beltrão.

Esta solicitação foi dirigida a este Deputado pela Câmara Municipal de Salgado Filho, conforme memorial em anexo.

Requer, outrossim, que seja enviada cópia do presente requerimento ao Sr. Prefeito Municipal de Salgado Filho,

Luiz Hermette Arisi, ao Presidente do Diretório Municipal do PDS, ao Sr. Simplício Pimentel Gomes e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão, na pessoa de seu presidente, Altair Penso.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam os funcionários públicos, em geral, dispensados durante os jogos da Seleção Brasileira, pela Copa do Mundo, na Espanha, uma (01) hora antes de cada partida.

Tal solicitação se prende ao fato do invulgar interesse de toda a população, pelas disputas desta magna competição e tenciona evitar congestionamento e perigos no trânsito das cidades, caso a dispensa ocorra em horário limitado para o deslocamento do servidor à sua residência.

De outra parte, a permanência em serviço, dos funcionários públicos, em seus locais de trabalho, durante os jogos, em nada acrescentará aos serviços públicos paranaenses.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1982.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, à Secretaria da Educação e Cultura e à Prefeitura Municipal de Cerro Azul, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionarem problemas da escola em São Sebastião, Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Em São Sebastião, Município de Cerro Azul, existem 57 alunos, os quais não têm escola, pois a mais próxima fica a seis quilômetros de distância.

Seria necessário construir uma escola em São Sebastião ou solucionar o problema, pois não podemos deixar que 57 alunos fiquem sem estudar por falta de escola. Estes alunos residem nas proximidades do sítio Jaguatirica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Administrativo da FUNDEPAR, Dr. Nelson Hauch, apelando no sentido de determinar estudos para solucionar problemas na Escola Viriato Correia, em Faxina, Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Viriato Correia, na Faxina, está enfrentando um sério problema com os alunos.

Acontece que a escola não tem carteiras suficientes para atender todos os alunos, além de quadro negro que, existem, porém são muito pequenos. Todos os dias faltam à aula quatro alunos, para cederem o lugar aos outros, fazendo um rodízio entre eles, semanalmente; forma única encontrada pelos pro-

fessores para que todos os alunos possam assistir as aulas e acompanhar as matérias.

Os professores queixaram-se da falta de carteiras e da falta de quadros-negros maiores no estabelecimento, pois torna-se quase que impossível dar aulas sem poder escrever a matéria no quadro-negro, pois o mesmo é muito pequeno, fazendo com que o professor perca muito tempo enquanto o aluno copia a matéria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor da LBA e ao Diretor Administrativo da FUNDEPAR, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionar problema em Piên — PR, na Escola Deputado Mário Braga Ramos, ensino de 1o. Grau.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Deputado Mário Braga Ramos, está necessitando com urgência um fogão à lenha, e de materiais escolares, tais como cadernos e borrachas.

Conhecendo o trabalho dos Srs. Diretores é que se faz tal pedido, pois a escola conta com 85 alunos, os quais estão sem as mínimas condições de estudar e de poder fazer uma refeição (sopa), pela falta de cadernos e falta de um fogão à lenha.

Projetos:

PROJETO DE LEI Nº 66/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O art. 1º da Lei n.º 5052, de 31/03/55, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DA MEDALHA MILAGROSA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A lei que se pretende seja alterada diz respeito à declaração de utilidade pública da Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo da Medalha Milagrosa, cuja razão social foi alterada em data de 10/04/69, sem que as suas finalidades primárias, estabelecida no estatuto, fossem também alteradas.

Tal modificação foi devidamente registrada no Cartório de Títulos de Documentos em 31/3/69, havendo, portanto, necessidade de alterar a lei que reconhecem de utilidade pública no âmbito estadual.

Com isso é que levamos à consideração dos nobres Pares o presente plano de lei que temos a certeza receberá o apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 67/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o COMITÉ DOS COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS — PARANÁ — OHIO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública tem por finalidade a promoção e o intercâmbio cultural, assistencial, econômico e turístico, entre seus membros, a comunidade de nosso Estado e do Estado do Ohio.

O plano de atividades da entidade que anexamos ao presente projeto de lei, dão conta do seu dinâmico e profícuo trabalho perante os fins estatutários a que está restrita a sua atuação cultural e assistencial.

A documentação que anexamos comprovam o preenchimento das exigências legais para que haja o reconhecimento público estadual, o que ora apresentamos e que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Mansur Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

Havendo declinado, no horário das Lideranças, consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A conjuntura de crise no País e no Paraná se reflete na educação, e o sistema de ensino, que espelha a política educacional paranaense, é a grande evidência de uma realidade pouco animadora.

Apesar de figurar entre os mais desenvolvidos e com mais recursos, o Estado ainda exhibe números bem mais compatíveis a regiões com economia depressiva do País. O Paraná conta com milhares de analfabetos e a situação, apesar da propaganda oficial realizada com o dinheiro público, piora dia a dia.

Nos últimos anos, senhores, o Governo paranaense conseguiu deixar à margem da rede escolar cerca de 25 por cento das crianças com sete ou mais anos. E o fez por projetar um projeto educacional que visa, antes, sua campanha populista pela construção de mais salas de aula, sem colocar como objeto de análise as necessidades do Estado e do País.

Assim como a criança sequer tem conseguido chegar à escola e isto se dá também por fatores ligados à sua sobrevivência e de sua família, sua permanência é tão rara no campo e nas regiões mais pobres ou periféricas, que muitas vezes se vai apenas por encontrar ali a merenda escolar.

Dia destes, a Delegada do MEC em São Paulo afirmou nos jornais que escola não é restaurante. Sua afirmação, como representante da política oficial da educação, não resolve nada e apenas esclarece o óbvio no País das coisas irracionais.

O fato é que verificamos no País, e especialmente no Paraná, e é aqui que nos ateremos, a uma realidade bruta, onde parece inadmissível que tenhamos possuído em passado recente um Ministro da Educação, que por sinal agora é candidato a Senador pelo partido oficial que não conseguiu fazer valer as necessidades do seu Estado. Continuamos com universidades pagas. Com uma rede de ensino que não vai de encontro com o quadro das necessidades. Temos salas de aula nos locais errados. Falta professores. Há escolas abandonadas. Faltam recursos. Negocia-se material escolar em troca de votos. Estimula-se a indústria do livro didático descartável. E firma-se um quadro onde o menos importante se tornou a sociedade a que se destina a escola, como reprodutora das conquistas do homem na área da cultura, da ciência e do co-

nhecimento.

O que temos hoje, senhores?

Vamos começar pela escola destinada à tenra infância. A pré-escola um instrumento indispensável não só para a preparação da criança para a prontidão, mas também um meio para liberação das mães trabalhadoras, que em nossa realidade é indispensável na construção da renda familiar.

Pois no Paraná, senhores, temos uma oferta de apenas 10 por cento para uma clientela de 500 mil crianças de zero a seis anos. Estas 55 mil vagas estão — pasme-se — 65 por cento na rede particular.

Somente este último dado é suficiente para mostrar o quanto se omitiu o poder público no sentido de acolher a criança na idade pré-escolar, um serviço que tem as mais diversas bases de necessidade. Esta criança, que aos sete anos passará a enfrentar a escola propriamente dita, sem ter o estágio da pré-escola, não estará, provavelmente, preparada emocionalmente e muito menos possuirá o instrumental necessário para partir para o ensino do primeiro grau.

E mais. As 445 mil crianças em casa, sem dúvida, terão deixado de usufruir do convívio social, de usar de um direito que lhes é devido. E suas mães, trabalhadoras amordaçadas pelo serviço doméstico, terão ficado a lamentar o tempo que dedicaram à casa, sem que a renda familiar tivesse ganho um centavo a mais, embora as necessidades tivessem crescido a passos largos.

Assim, como o Estado não cumpriu com sua obrigação nestes anos, a empresa também passou impune. Embora existente, a lei não foi cumprida. E as trabalhadoras provavelmente se obrigaram ao pagamento de adolescente para o cuidado dos filhos, ou deixaram filhos maiores com menores. Uma realidade já tornada comum nos dias que vivemos.

Não há creches, Não há jardins de infância. Não se coloca à disposição da sociedade que exige a participação da mulher, os instrumentos indispensáveis para sua liberação como força produtiva.

O quadro não é alentador na pré-escola. Entretanto, o primeiro grau onde se dá o primeiro contato com o conhecimento, também tem se transformado, dentro da política educacional em vigor, uma prática de privilegiados. E podemos afirmar que profundas transformações são necessárias, tanto no aspecto quantitativo como no qualificativo.

O fato, senhores, é que sequer podemos pensar na escola sem analisarmos o ambiente vivido pela maioria das crianças paranaenses. Partamos, primeiro, para os dados. A porcentagem de repetentes no Paraná, na primeira série do primeiro grau, é de 40 por cento; 25 por cento da população de sete anos ou mais é analfabeta; 20 por cento dos alunos do primeiro grau repetem o ano; 13 por cento evadem.

Apesar destes dados assustadores, senhores, o Governo paranaense construiu centenas de salas de aula nestes anos. Mas em que situações?

Basta uma breve verificação para concluirmos que alguma coisa está errada neste processo. Como já dissemos, há escolas onde não há alunos, e há alunos onde não há escola; e onde estão estes, não há professores em número suficiente, obrigando-se a jornadas ininterruptas de trabalho, em troca de míseros salários de fome e vergonha.

O número de matrículas em oferta está dissociado da realidade regional, assim como as escolas, dia a dia, vão perdendo os vínculos com a comunidade. Para isto, há explicações claras: por estar tão distanciada da realidade em tudo, seja em currículos, seja na sua filosofia, seja até na sua localização, a escola perdeu suas ligações. Afinal, há muito a educação brasileira, e a paranaense, por consequência, não respondem às necessidades da Nação e do Estado. Isto, da pré-escola inexistente ou alienante, à Universidade manipulada, paga, escassa e anti-democrática.

O ensino no segundo grau, assim, apenas reproduz todos os vícios e defeitos do 1.^o grau, só que de forma agravada, infeliz, torta e brusca.

Neste nível, os índices de reprovação são elevadíssimos. Um reprovado para cada oito aprovados em 1976.

Em 80, um reprovado para cada seis aprovados. A evasão atinge 14 por cento do total dos matriculados. Os motivos desta evasão estão estreitamente ligados à condição geral de vida da população, pois 40 por cento dos que abandonaram o segundo grau o fizeram pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho.

Mas existem outros dados gritantes: segundo a própria FUNDEPAR, em 1978, 17 por cento dos professores que lecionavam no segundo grau não haviam completado este nível de ensino. E esta é mais uma prova das imensas debilidades do sistema educacional paranaense, espelho da política anti-nacional e anti-popular praticada pelo governo brasileira, através do Ministério da Educação.

A Universidade, que a partir de 1964, e mais especialmente a partir de 1968, se transformou em instrumento auxiliar do modelo de desenvolvimento econômico, monopolista e dependente do País, tem no Paraná os mesmos defeitos e reproduz a mesma realidade do resto do Brasil.

Destinada a criar bons reprodutores da tecnologia importada pelo País e de tirar "fornadas" de jovens alienados e preparados para atuar numa realidade que só existia na cabeça dos formuladores da política social e econômica do novo regime, a Universidade tem cumprido a contento este papel. Entretanto, não é esta a universidade que desejamos, e muito menos a que precisamos.

O Paraná, no quadro geral, apresenta uma rede de escolas superiores e universidades, estritamente ligadas a interesses de capital. Tem respondido à altura, neste sentido. Mas os interesses da grande maioria e as necessidades de resposta às dificuldades da sociedade, há muito tempo não são dadas pela universidade paranaense.

São três universidades, 130 cursos de graduação, distribuídos pelo Estado e sob a responsabilidade governamental paranaense. E é inaceitável, senhores, que mesmo que tenhamos possuído um Ministro da Educação, ainda assistamos universidades estaduais que cobram abusivamente taxas de matrículas e anuidades dos seus alunos. Nosso general de plantão no Paraná não conseguiu federalizar as universidades que engatinham pela falta de recursos.

Nestes estabelecimentos faltam verbas, professores, bibliotecas e laboratórios. Os hospitais-escolas funcionam precariamente. Os currículos não vão de encontro às necessidades regionais, ou mesmo às nacionais. No seu interior, sistemas anti-democráticos de direção funcionam muitas vezes como agentes da repressão, pois existem ali verdadeiros serviços de informação para dar ao regime o quadro dos que pensam e teimam em fazer uma massa esclarecida pensar bem e corretamente.

Empalmar esta situação no mínimo exige de nós, reflexão profunda para saber como e por onde começar a corrigir os erros que este governo foi deixando, acumulando, como sujeira velha.

Não adianta querer consertar isso. Será necessário mudar quase tudo, e essencialmente o espírito que norteia a educação no Paraná.

O regime tentou fazer da escola a forma para a produção de cérebros programados. Fez o mesmo com a política econômica. Concentrando o capital, a força de trabalho, a terra, mandou os camponeses para as cidades ou criou áreas de alta tensão. Na cidade, hoje organizados, os trabalhadores estão a exigir sua vez e sua voz. Querem trabalho, salários dignos, liberdade, democracia, uma nova Constituição e o fim do regime de fome e opressão. No campo, os posseiros, pequenos

proprietários, os meeiros, parceiros, bóias-frias, já conseguem unir-se e reunir-se em grandes concentrações como a de Medianeira no Dia do Trabalhador Rural, e partem até para ações mais radicais como greves, piquetes, e enfrentamentos.

Da mesma forma, os estudantes e professores de todo o País deflagram greves, fazem protestos e manifestações por democracia, currículos voltados à realidade, verbas e outras reivindicações.

Diante do aprofundamento e agravamento destas contradições, não há outra saída, de momento, senão mudar. E começar pelo começo.

No Paraná, é preciso voltar a educação para os interesses da grande maioria. Há necessidade de alterações profundas não só no que diz respeito ao aspecto físico do ensino, concepção norteadora de muitas das ações do Governo que se instalou no Estado. É preciso partir de necessidades reais da sociedade, de abraçar e paralisar a nossa educação, e universalizar o nosso conhecimento. Encaminhar a ciência à criança, ao jovem e ao adulto. E colher os frutos em forma de soluções para os grandes problemas que enfrenta a Nação.

Não há dúvida, Senhores, que as experiências acumuladas nesses anos difíceis pelas organizações populares deverão ser aproveitadas. Há que se incentivar o associativismo como forma de aprendizagem. E estimular a aprendizagem em nível comunitário como uma prática diária.

Como é bom poder imaginar homens, mulheres e crianças caminhando para um novo País, onde o saber seja socializado, um direito de todos. Onde as conquistas não fiquem nos círculos restritos daqueles que detém o dinheiro para comprar a tecnologia, e dela fazer instrumento de dominação, dependência e lucro.

A nossa luta é por uma nova sociedade. E a educação deverá ser um dos pilares para sua construção!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. — (Ausente).

Ausente, consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário da Liderança. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/81, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que dispõe

sobre a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81, oriundo de Anteprojeto encaminhado com o Ofício n.º 760/81, do Presidente do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei n.º 7297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná) e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 100/81, que declara de utilidade pública o "IATE CLUBE DE GUARATUBA", com sede no Município do mesmo nome. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 100/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o IATE CLUBE DE GUARATUBA, com sede e foro na cidade de Guaratuba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 156/81, que altera o Art. 3.º da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981. (Sobre transferência de área dos Municípios). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO

DE LEI COMPLEMENTAR N.º 156/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 3.º — A transferência de área, de que trata o artigo 1.º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofreram diminuição de seus territórios, através de Resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros".

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/82), que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo, através de Entidades da Administração Indireta do Estado, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em terceira discussão o Projeto de Lei n.º 30/82, que visa autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, através de

entidades da administração indireta do Estado e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Trata-se de um empréstimo a ser feito pelo Governo do Estado, pelo Executivo do nosso Estado, para três finalidades: aumento de capital do BADEP; aumento de capital do BRDE; e para investimentos através do DER, na rede viária do nosso Estado.

Sobre o assunto, é que para marcarmos uma posição definitiva pessoal, e acredito da Bancada, é que viemos alertar os Srs. ilustres Deputados, do que vem ocorrendo nos três órgãos citados.

No Departamento de Estradas de Rodagem, na Secretaria de Transportes, fica o Parlamento sem condições de uma análise mais profunda, já que não se sabe e esta Casa não tem condições de saber se o DER já cumpriu o plano denominado BIRD 3. O que sabemos, Srs. Deputados, é que o dinheiro chegou, as obras foram retardadas, e hoje, Srs. Deputados, a situação é a seguinte: com o dinheiro que veio do BIRD não foi possível a execução das obras ali previstas e o Governo está ali a pedir novo aporte de recursos, para poder cumprir aquele programa.

Se nós levarmos em consideração que os empreiteiros do Estado estão com um atraso médio de 60 dias, vemos que as finanças do nosso Estado realmente não andam bem. E gostaríamos que esta Casa, que o Parlamento fosse melhor informado da real situação, tanto da aplicação do BIRD 3, como principalmente da situação em que se encontram, as obras, inclusive paralisadas já previstas naquele plano. Novos empréstimos, para suprir empréstimos já recebidos. Portanto, a situação, nós queremos deixar bem claro, queremos que fique nos Anais da Casa, é uma situação difícil, situação essa, cuja origem, cujas razões esta Casa deveria melhor conhecer.

Quanto ao aporte de recursos para aumento do capital do BRDE, seria muito importante que antes de aprovarmos um projeto dessa natureza, aqui viessem os membros diretores do BRDE para explicarem exatamente ao Paraná, a que veio tal banco. Porque de fato, infelizmente se olharmos os balanços, se olharmos os relatórios, nós veremos que também neste Banco, de participação igualitária entre os três Estados do Sul, o Paraná tem sido também o Estado para o qual menos recursos têm sido carreados.

Mas quero me deter com mais vagar, no problema que mais de perto nos toca, que é o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná. Banco que ousou, de acordo com os dados que possuo, dizer que está praticamente falido. Pois de nada adianta mostrarmos um balanço no qual já se admite um pequeno prejuízo, o nosso Banco de Desenvolvimento Econômico, admite prejuízos no seu próprio balanço, mas se formos, mais a fundo e verificarmos o ativo desse Banco, veremos que a situação é muito mais difícil, já que o Banco inclui no seu ativo, recursos que não mais receberá, empréstimos que não mais receberá, como por exemplo um bilhão de cruzeiros que foi obrigado a pagar, em aval que prestou ao grupo Abdala, grupo este hoje com impossibilidade de ressarcir o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná. E o que dizer das demais empresas falidas deste Estado? Que constam no ativo do Banco mas cujas possibilidades de ressarcimento ao Banco são completamente inviáveis.

Srs. Deputados, cabe razão, acredito, a este Deputado quando fala nisso, porque o próprio Banco está a admitir a necessidade de reativar essas indústrias paralisadas. Quanto assim que estabeleceu um programa de reativação e fortalecimento do setor industrial, cuja cópia tenho comigo. No qual claramente demonstra o BADEP a sua situação de precariedade.

Num dos seus itens inclusive, ao pretender fazer com que essas empresas falidas voltem à tona, é o próprio Banco que admite, que através de verbas do Governo do Estado, do Fundo do Desenvolvimento Econômico, verbas portanto, do tesouro, essas verbas, seriam concedidas às empresas que tivessem possi-

bilidade de recuperação.

Por isso, nesse momento em que se discute e em que se vota, em terceira discussão, esse empréstimo com a finalidade de maiores recursos para o BADEP, eu quero deixar assinalado nesta Casa, o meu voto em contrário, porque nem o BADEP nem o BRDE e nem muito menos o DER está explicando quais as razões da necessidade desse empréstimo.

O DER não admite; deveria vir aqui admitir que fracassou na consecução do BIRD 3, pois as obras foram paralisadas e agora, recursos para complementar aqueles que a inflação fez com que ultrapassassem. Desmando administrativo, incompetência técnica, falta de empreiteiros. Qual a razão que essas obras não foram feitas em tempo oportuno.

O BRDE deveria vir aqui explicar quais as razões pelas quais o Paraná mantém este banco sem ter uma contra partida. E o BADEP, deveria vir aqui explicar quais as razões e como irá fazer para que com o dinheiro do povo, já que estes empréstimos serão pagos com o dinheiro do povo, como irá fazer para que com este dinheiro recupere as indústrias falidas deste Estado.

Como irá recuperar um bilhão de cruzeiros avalizados pelo BADEP e pagos pelo BADEP para uma firma de São Paulo, o Grupo Atala.

Em fim, o BADEP devia vir à esta Casa para explicar perfeitamente porque os empresários do Paraná estão hoje à acusar o BADEP a ser a burocracia mais pesada, a burocracia mais difícil, mais impenetrável, a mais cara em todos os Bancos de Desenvolvimento do País.

Por isso, Srs. Deputados, voto contrariamente a este projeto, não porque, talvez, ele não seja necessário, mas, principalmente, porque, esta Casa está sendo desconsiderada a não ter dados, elementos, a não ter explicações das razões pelas quais se endivida o Estado, se endivida o Tesouro Público para, no caso do BADEP, inclusive, auxiliar empresas falidas sem uma explicação maior, sem uma justificativa para que possa o parlamentar votar com consciência. Enquanto isto ocorrer, somos obrigados a votar contrariamente as pretensões do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 30/82.

Encerrada a discussão, está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram se considerar como estão. — Aprovado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — 31 Srs. Deputados responderam à chamada.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida. (Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 30/82, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 20 Srs. Deputados aprovam; 02 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/82, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina o arquivamento de Proposições que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PRESBITERIANA", da cidade de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Encerrada a discussão.*

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede o Título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ" ao Frei NEREU JOSÉ BASSI. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 136, de 05/11/81).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 133/81

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado ERONDY SILVÉRIO, conceder o título de cidadania honorária a FREI NEREU JOSÉ BASSI, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Procedente da Itália, o homenageado veio para o Brasil, ainda jovem e estudante, tendo sido ordenado em Curitiba, na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

Em nosso Estado, principalmente na Capital, em Londrina e Irati, desenvolveu notável apostolado, trabalhando incansavelmente em obras de assistência social.

Sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe presta o Estado que dele tanto recebeu.

Quanto ao aspecto legal e regimental, nada existe que impeça a normal tramitação do processo pelo demais órgãos da Casa.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/81, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" de Rondon - APAE, com sede e foro na cidade de Rondon, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 137, de 09/11/81).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 137/81

De autoria do ilustre Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE", de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome.

A matéria obedece aos preceitos da legislação pertinente, inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa.

Em tais condições, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que revoga o Art. 7.º da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 142, de 17/11/81).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 143/81

O nobre Deputado Tércio Albuquerque propõe a revogação do Art. 7.º, da Lei n.º 6819, de 19/07/1976, para facultar àqueles funcionários abrangidos pelo dispositivo que perderam o prazo de habilitação.

Em outras palavras, o tempo que a lei concedeu aos interessados requererem a efetivação no serviço público, por contarem cinco anos de serviço público na data da vigência da Carta de 1967 (§ 2.º, Art. 177), foi exíguo. Dessa forma, muitos perderam a oportunidade de se manterem nos quadros de pessoal do Estado.

Julgo perfeitamente oportuna a iniciativa, já que objetiva restabelecer prazo para o exercício de um direito garantido pela Constituição Federal.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/82, de autoria do Deputado Airtton Cordeiro, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor HERMES FARIAS DE MACEDO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Encerrada a discussão.*

Projeto de Lei n.º 06/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor HERMES FARIAS DE MACEDO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 06/82

De autoria do eminente Deputado AIRTON CORDEIRO, objetiva o presente plano de lei conceder o título de cidadania honorária ao Senhor HERMES MACEDO.

O projeto está devidamente justificado, inexistindo qualquer óbice que possa entravar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO ROMERO FILHO, que eleva para 17 (dezessete) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Encerrada a discussão.*

Projeto de Lei n.º 42/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica elevado para 17 (dezessete) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1982.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Nossa Constituição Estadual estabelece:

"Art. 107 - O número de vereadores, sempre ímpar, será fixado por Lei, em proporção que não excede de um para

cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a vinte e um".

O parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), prevê que essa fixação será procedida por Lei Estadual, levando-se em consideração o número de eleitores inscritos no município, até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições.

Conforme informações do Juízo Eleitoral da 89.ª Zona de Umuarama estão inscritos 51.011 (cinquenta e um mil e onze eleitores) até 10 de março/82, conforme certidão anexa, eleitores suficientes para que seja autorizada a fixação pretendida neste projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 42/82

De autoria do nobre Deputado Antônio Romero Filho, objetiva o projeto a elevação para dezessete o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Dispõe a Carta Estadual, no Art. 107, sobre a fórmula para alcançar a composição das Câmaras Municipais.

As certidões de fls 2 e 4, constantes do processo, expedidas pela Justiça Eleitoral, na conformidade com o estabelecido no parágrafo único, do Art. 28, da Lei Orgânica dos Municípios, demonstram que o número fixado pelo projeto corresponde à proporção legal.

Nestas condições, sendo a iniciativa de competência do Deputado, e em face da instrução perfeita do processo, opino pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 13 de maio de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA à ex-Proposição n.º 06/82 (Mens. Govern. n.º 03/82) e que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Alvorada do Sul e Primeiro de Maio, objetivando a construção de mini postos de saúde.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER à Proposição n.º 06/82

Projeto de Resolução n.º 06/82

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 04 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de ALVORADA DO SUL e PRIMEIRO DE MAIO, objetivando a construção de mini postos de saúde.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nilton Friedrich, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER à Proposição n.º 06/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad referendum deste Poder Legislativo (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável à sua ratificação, de acordo com o projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nilton Friedrich, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA à ex-Proposição n.º 10/82 (Mens. Govern. n.º 07/82), e que aprova o Termo Aditivo n.º 2, ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social e o Município de Kaloré, objetivando a execução de obras no referido município.

Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER à Proposição n.º 10/82

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/82

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 2, datado de 11 de junho de 1981, ao convênio celebrado em 11 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, e o Município de KALORÉ, objetivando a execução de obras no referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nilton Friedrich, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER à Proposição n.º 10/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de Convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

NELTON FRIEDRICH — Relator

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/82, oriundo de Parecer aprovado por maioria na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Ex-Proposição n.º 49/81) e aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado referente ao Exercício Financeiro de 1980. — **Encerrada a discussão.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição n.º 40/81

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, os termos do disposto no inciso III, do Art. 22, da Constituição Estadual:

R E S O L V E :

ARTIGO ÚNICO — Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1980.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição n.º 49/81

A Proposição n.º 49/81, protocolada sob o n.º 5818/81, ora em apreciação nesta Comissão e atendendo preceito constitucional expresso no artigo 22, n.º III, da Carta Magna Estadual, constitui-se na prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, relativa ao exercício de 1980.

Ao examinarmos o processo em tela, chegamos a conclusão que a referida matéria está em condições de ser aprovada por esta Comissão.

O parecer é pela aprovação. APROVADO.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

VOTO EM SEPARADO

Pelo Deputado Lineu Mansani Turra

A Proposição n.º 49/81, refere à Prestação de Contas do Poder Executivo, correspondente ao exercício de 1980, já aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado pela Resolução n.º 3046/81, de fls. 149.

A despeito do que consta da análise feita no processo em exame e de sua aprovação pelo Tribunal de Contas, não se pode dar como plenamente corretas as contas ora em exame, nesta Comissão, visto que não se dispõe de elementos suficientes para ser feita a avaliação da correta aplicação dos recursos públicos. Ora, sabido como é que através da Assembléia Legislativa, muito se tem questionado sobre gastos do Poder Executivo, especialmente no que diz respeito a vasta publicidade na imprensa falada, escrita e televisionada, bem assim um sem número de promoções dos diversos órgãos de Estado, tais esclarecimentos são sistematicamente negados deixando, assim, uma séria dúvida quanto ao regular emprego de verbas.

Poder-se-ia dizer que o Tribunal de Contas concluiu como corretas as contas prestadas. No entanto, há que se ter em vista que essa conclusão é apenas do ângulo técnico e não quanto a aplicação de recursos, que para avaliar a lisura na sua aplicação mister se faz um exame de maior profundidade e não apenas a vista de simples elementos contábeis.

Nessas condições e pela falta de melhores esclarecimentos quanto a realização das despesas pelos diversos órgãos de Estado, entendemos que a presente Prestação de Contas não apresenta condições de aprovação. É o nosso voto.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1982.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Achilles Horn Filho, ocorrido em Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro França Albuquerque, ocorrido em data de ontem na rodovia próximo à cidade de Palmeira - PR. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amílcar Silvério de Melo, ocorrido em 26 de maio em Marumbi. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lineu Turra e Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mauro Tolentino, ocorrido dia 27 de maio do corrente. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador José Ferreira Alves, ocorrido em data de 13 de maio do corrente ano, no Município de Assaí. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Luiz Moura, ocorrido

nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Sr. Ministro da Previdência Social, contendo protesto quanto ao desconto para a previdência social dos aposentados. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa do discurso de encerramento do VII Congresso da AERP, proferido pelo Sr. Elio Winter. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros, pela conquista do campeonato Sul Americano de Handbol Feminino, disputado na cidade de Assunção, no período de 29 de abril a 02 de maio. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela realização do 1.º Encontro Nacional de Empresas de Vigilância, Asseio e Conservação, em Curitiba. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, encarecendo a reconstrução da rodovia Nova Londrina-Itaúna do Sul-Diamante do Norte, o que irá possibilitar o trânsito de veículos de toda a Grande Região Noroestina do Paraná com destino ao Estado de São Paulo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à atuação do Senhor Edson Machado, durante o tempo que exerceu as funções de Secretário de Educação. — Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública e do Comandante do Corpo de Bombeiros, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionar problemas com o Corpo de Bombeiros do Município de São José dos Pinhais. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e Secretário de Finanças, encarecendo estudos no sentido de conceder anistia para as empresas que estão em débito com o Imposto de Circulação de Mercadorias em atraso. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, no sentido de viabilizar a criação de uma Coordenadoria Regional daquele órgão na cidade de Paranaguá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo urgente indenização aos proprietários que perderam áreas de terra em consequência do asfaltamento da rodovia que liga Terra Roxa-Guaíra. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex ao Sr. Ministro da Justiça, protestando contra a

abertura de inquérito para a expulsão do País do Presidente da UNE, Javier Alfaya, sob a alegação de que é estrangeiro exercendo atividade política.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre o patrimônio da União dos Estudantes - UPE. Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Coronel Antônio Celso Mendes, pelo lançamento do seu livro "Anotações Filosóficas".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Prefeitura Municipal e à SANEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para solucionar problemas de saneamentos na Rua Frei Teófilo, no Bairro do Capão Raso.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Prefeitura Municipal e à SANEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para solucionar problemas de saneamento na Rua Laudelino Ferreira Lopes, no Bairro Capão Raso.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, requer inserção nos Anais do artigo intitulado "Combatendo o Bom Combate", de autoria da professora primária, Norma Sueli Pereira, publicado na revista VEJA, de 12 do corrente.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências para instalação de um aparelho telefônico na Escola Tiradentes, Ensino de primeiro grau, localizada na BR-277, km 68, nesta Capital.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de pedido à TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público, junto à Escola Alfredo Chaves, situada à Rua Evaldo Cabidewski - Alto da Cruz - Município de Colombo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, pedido de informações sobre os custos de produção e veiculação do programa "Paraná em Debate", exibido no último dia 20, sábado, nas emissoras de televisão do Estado; e se o referido programa é patrocinado pela Sub-Chefia de Comunicação Social ou por outro órgão da administração.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública, se a Sra. Sueli Pessoa da Silva, foi qualificada para trabalhar no setor de identificação na Cidade de Nova América da Colina; informar sobre o período de estágio nessa Secretaria e se a referida Senhora apresentou documentos exigidos e diploma de conclusão do segundo grau.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, através do Sr. Governador do Estado, informações sobre financiamento de casa própria aos funcionários do Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Diretor da Diretoria de Transportes Rodoviários e ao Diretor do 9.º Distrito do DNER no Pr., encarecendo a implantação de linha de ônibus de Toledo a São Paulo, pela Pluma Conforto e Turismo S/A., pelo Expresso Nordeste Ltda., ou pela Viação Garcia Ltda.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações ao Diretor do DETRAN, sobre exames psicotécnicos que são realizados no interior do Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, pedindo informações sobre a participação do BADEP e a Empresa Castelo S/A.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, encarecendo seja reduzido o módulo rural, imposto aos agricultores pelo órgão, pois a medida vem causando sérias dificuldades, inclusive o êxodo rural.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao escritor Werner Zotz, pelo sucesso de suas obras de literatura infantil, alcançado a nível nacional.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento subscrito por 31 Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que Sua Excelência desista do prazo constitucional, de procedimento abreviado, invocado na Mensagem Governamental n.º 49/82, atuado nesta Casa como Projeto de Lei n.º 50/82, e que dispõe sobre a nova estrutura do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia.— **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da COROL, e em particular à população de Rolândia, na pessoa do Prefeito Yokimasa Nakano, pela implantação e inauguração hoje ocorrida, da Destilaria de Alcool da Cooperativa Agropecuária de Rolândia. Ltda.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a implantação de uma escola agrícola no Distrito de Paiquerê, Município de Londrina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de São Salvador, no Município de Ampére.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Interior, pedindo informações sobre as empresas que estão qualificadas ou credenciadas pela COHAPAR-Pr., para receber contrato de serviços e financiamentos; e outras questões a serem esclarecidas.— **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Fica adiada a discussão

para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando apelo veemente à Secretaria dos Recursos Humanos para que reestude a questão de alterações no Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, de todos os inativos.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, encarecendo a aprovação do Projeto n.º 6.273/81, que equipara a carreira de Engenheiro Florestal, com as outras modalidades de Engenharia.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo soltura imediata do Pastor Luterano Cesário da Silva e de mais 4 posseiros presos recentemente, sem culpa formalizada, na Cidade de Colorado do Oeste no Estado de Rondônia.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, encarecendo informações sobre a regularização de 36.415 lotes de terra efetuadas pela gestão do atual governo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo encaminhamento de Mensagem a esta Assembléia Legislativa reformulando a lei do Regimento de Custas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Chefia do Departamento dos Serviços de Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de ônibus ligando o Município de Cafelândia à Cidade de Cascavel.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Ministro da Justiça, da alteração a ser procedida no Código Civil, por ocasião da reforma ao referido diploma legal, cujas demarches estão iniciando.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem do 34.º aniversário de criação do Estado de Israel.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios e Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de um programa emergencial de atendimento aos 20 novos Municípios recém-criados e ainda não instalados.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de sugestão aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a criação através do DER de um Programa de Apoio ao Agricultor.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado pedido de informações ao Sr. Superintendente do IPE-Pr, sobre o plano de construção de casas para o funcionalismo estadual.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli,

constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam os funcionários públicos em geral, dispensados durante os jogos da Seleção Brasileira, pela Copa do Mundo na Espanha, 01 hora antes de cada partida.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que a EMO-PAR promova os reparos necessários na cobertura do Estádio Antônio Couto Pereira.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a transferência da Comarca de Salgado Filho atualmente subordinada ao Município de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, à Secretaria da Educação e Cultura e à Prefeitura Municipal de Cerro Azul, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionar problemas de escola em S. Sebastião, Município de Cerro Azul.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de determinar estudos para solucionar um problema de surto de raiva na Faxina, Município de São José dos Pinhais.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Administrativo da FUNDEPAR, no sentido de determinar estudos para solucionar problema na Escola Viriato Correia na Faxina, Município de São José dos Pinhais.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da L.B.A. e ao Sr. Diretor Administrativo da FUNDEPAR, encarecendo estudos para solucionar problema em Piên-Pr., na Escola Deputado Mário Braga Ramos, ensino de primeiro grau.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, contendo pedido de informações ao Sr. Coronel Osvaldo Cruz, Diretor do DETRAN/PR, com referência às Chefias de CIRETRANS.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82 e do Projeto de Resolução n.º 03/82.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/82.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 133, 137, 143, 06 e 42/82. Dos Projetos de Resolução n.ºs 06, 10 e 37/82.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81.

Levanta-se a sessão.